Estado de Santa Catarina

Municipio de Anchieta

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

PRIMEIRO Quadrimestre de 2021

Lei Complementar n°101/2000, Art. 9°, § 4°

ATA nº 147

Às quinze horas do dia 26 de maio de 2021 foi realizada a gravação da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Primeiro Quadrimestre de 2021, tendo em vista o isolamento social decorrente da pandemia do Coronavírus – COVID-19, vídeo este que será disponibilizado no site oficial e também nas redes sociais do Município. A Contadora Eliza Diesel, fez a abertura da audiência e, logo após, falou da receita arrecadada no primeiro quadrimestre de 2021, sendo esta de R$ 9.090.483,53, alcançando uma média mensal de R$ 2.272.620,88. Quanto as Metas de Arrecadação, destacou-se que a receita prevista para todo o ano de 2021 foi de R$ 24.000.000,00 e para o quadrimestre R$ 7.304.193,46, tendo o município de Anchieta, desta forma, cumprido a meta, com uma diferença positiva de R$ 1.786.290,07. Em se tratando da Receita Corrente Líquida, fora repassada que a mesma atingiu, até o primeiro quadrimestre de 2021, R$ 25.459.374,92. A seguir, fora demonstrada a Execução Orçamentária, sendo que a receita efetivamente realizada registra o montante de R$ 8.775.851,68 para as Receitas Correntes e R$ 314.631,85 para as Receitas de Capital, que resultou numa arrecadação total de R$ 9.090.483,53. Quanto às despesas, constatou-se que o total realizado no quadrimestre foi de R$ 7.086.227,49, sendo estas apresentadas por Função de Governo. Assim sendo, o resultado da análise do confronto das receitas arrecadadas com as despesas liquidadas demonstra valores Positivos, na ordem de R$ 2.004.256,04. Acerca da aplicação dos recursos em Saúde, fora demonstrado que os gastos atingiram 23,66%, evidenciando o cumprimento do constante no Art. nº 198 da Constituição Federal, combinando com o disposto no § 1º do Art. n°77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Analisando as despesas realizadas com Saúde, no montante de R$ 2.670.131,94, constatou-se que R$ 1.062.996,21 foram realizados com recursos vinculados e outras fontes, enquanto que R$ 1.607.135,73 foram realizados com recursos próprios. Conforme demonstrado na Audiência, os gastos realizados com Educação atingiram 22,61% das receitas resultantes de impostos e transferências, não alcançando, portanto, o percentual mínimo exigido. A Contadora, neste momento, ressaltou que tal percentual é anual, tendo o município de Anchieta, os próximos dois quadrimestres para atingir o mesmo. De acordo com os dados apresentados, o Município aplicou na função educação o montante total de R$ 1.689.173,27. No tocante à aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério, fora gasto no quadrimestre em análise o montante de R$ 1.195.600,48 o que equivale a 93,02% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício, isto é, encontra-se cumprindo com o disposto na legislação vigente, que estipula uma aplicação mínima de 70%. Em seguida, tratou-se da aplicação dos 90% dos recursos do FUNDEB em ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, tendo o município aplicado 94,38% nestas ações. Ainda nesta Audiência fora demonstrada a despesa realizada com pessoal, o Poder Executivo atingiu 46,89% e o Poder Legislativo 2,36%, ficando ambos abaixo dos limites prudencial e máximo, em relação a Receita Corrente Líquida do Município, atendendo o disposto no Art. n°20, Inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto as despesas com pessoal, no Consolidado, tem-se um percentual de 49,25%, ou seja, abaixo dos limites prudencial e máximo de 57 e 60%, respectivamente. Para finalizar, Eliza destacou os meios para o público enviar dúvidas e sugestões, isto é, Lei de Acesso a Informação, Ouvidoria Municipal e e-mail: controleinterno@anchieta.sc.gov.br, agradeceu a atenção de todos e não havendo nada mais a tratar, encerrou a Audiência, da qual lavrou-se a presente ata.

Anchieta(SC), 26 de maio de 2021.